

TL 719

L. C. 2

R

**REGULAMENTO DA DELEGAÇÃO EXTERNA
DA FRETILIN**

Artº 1º

A Delegação Externa da FRETILIN - DEF - é uma estrutura provisória da Frente Revolucionária de Timor Leste Independente - FRETILIN - criada pelo Comité Central da FRETILIN em 1975 para assegurar a direcção e execução dos trabalhos da Organização, no plano externo da Luta, até à libertação total de Timor Leste da ocupação indonésia.

Artº 2º

Os órgãos directivos da Delegação Externa compõem-se de : Plenária, Conselho Central e Chefia da DEF.

Artº 3º

A Plenária da Delegação Externa da FRETILIN reúne-se de dois em dois anos, e é composta de : Chefe e Vice-Chefe da DEF, Membros do Comité Central da FRETILIN, Representantes da FRETILIN e Delegados eleitos das Organizações de base.

Artº 4º

O Conselho Central da Delegação Externa da FRETILIN compõe-se de : Chefe e Vice-Chefe da DEF, Membros do CC da FRETILIN, Secretário para a Coordenação das Regiões e Todos os Representantes da FRETILIN por inerência de funções.

Artº 5º

A Chefia da Delegação Externa da FRETILIN é composta pelo Chefe e Vice-Chefe da DEF.

DAS COMPETÊNCIAS

Artº 6º

Compete à Plenária, na sua I Reunião, definir as suas competências, em conformidade com as disposições estatutárias da FRETILIN, com o espírito do Programa Político e do presente Regulamento.

§ Um : A I sessão de trabalhos de cada Plenária é presidida pelo Chefe da DEF e tem por objectivo :

- Eleger o Presidente da Mesa da Plenária
- Definir as competências da Plenária

-Aprovar a agenda de trabalho
-Aprovar o Regimento Interno da Plenária ou suas alterações
§ dois : O Presidente da Mesa da Plenária é confirmado nas suas funções pelo Chefe da DTF e cessa o seu mandato no momento do encerramento da última sessão de trabalho de cada Plenária.

Artº 7º

Compete ao Conselho Central da DTF decidir sobre :

- O Plano anual ou bienal de actividades da DTF e analisar o Relatório de Actividades do período transacto com base no Relatório do Chefe da DTF.
- A implementação das decisões do Comité Central da FRETILIN e do Comando da Luta.
- Uma Política de Formação de Quadros Políticos e Técnicos
- Os Relatórios de Contas das Representações e dos Responsáveis das Regiões.

Artº 8º

Compete à Chefia da DTF :

- a)Enviar semestralmente Relatórios de actividades da DTF para o CCF e o Comando da Luta.
- b)Convocar Reuniões do Conselho Central
- c)Assegurar a direcção das actividades da DTF
- d)Preparar Planos de actividades da DTF, em conformidade com as orientações do CCF e do Comando da Luta para serem submetidas à apreciação do Conselho Central e da Plenária.
- e)Assegurar a implementação das orientações emanadas pelo CCF e do Comando da Luta e os Planos aprovados pelo Conselho Central e pela Plenária da DTF.
- f)Regular sobre os casos omissos.

Artº 9º

Compete ao Chefe da DTF :

- a)Dirigir os trabalhos e o sistema de comunicações com o interior do País, nomeadamente o CCF e o Comando da Luta, em estreita coordenação com o Vice-Chefe.
- b)Preparar Relatórios anuais e bienais a serem apresentados ao Conselho Central e à Plenária, com base nos Relatórios do Vice-Chefe e de outros membros do CC da DTF.
- c)Nomear e demitir os Representantes da FRETILIN, sob proposta do Vice-Chefe na sua qualidade de Responsável pelas Relações Externas.

- d) Dirigir e organizar os trabalhos da Informação em coordenação com o Vice-Chefe.
- e) Representar a Organização e defender a sua coesão interna.

Artº 10º

Compete ao Vice-Chefe :

- a) Substituir o Chefe em caso de morte ou impedimento definitivo.
- b) Dirigir os trabalhos das Relações Externas, e nesta sua qualidade :

- Programar e propor planos semestrais de actividades da DEF, no domínio das Relações Externas, ao Chefe da DEF.
- Assegurar a implementação dos planos referidos na alínea anterior;
- Elaborar e enviar relatórios trimestrais de actividades no domínio das Relações Externas, com base nos documentos recebidos do Secretariado, ao Chefe da DEF;
- Orientar directamente todas as Representações da FRETILIN na implementação das decisões do Comité Central da FRETILIN, do Comando da Luta, do Conselho Central da DEF e da Plenária da DEF, mantendo ligações directas e permanentes com as Representações.
- Propor nomeações ou demissões de Representantes e aberturas ou encerramentos de Representações.

Artº 11º

Compete ao Secretário dirigir o Secretariado sediado em Lisboa e que é um centro de recepção, sistematização e difusão das informações sobre as actividades da FRETILIN, nas diferentes Regiões, assegurando assim a coordenação inter-regional.

Artº 12º

Compete aos Representantes :

- a) Organizar e dirigir o trabalho das Representações da FRETILIN nos Países onde estão colocados;
- b) Elaborar regularmente Relatórios de actividades e enviá-las ao Secretariado no caso de serem responsáveis das regiões.

- c) Dinamizar e organizar as estruturas de base da FRETILIN nas regiões em que estão colocados no caso de serem também responsáveis das regiões
- d) Elaborar o Relatório anual de Contas a ser apresentado nas reuniões ordinárias do CC da DEF
- e) Sensibilizar organizações e países solidários com a FRETILIN para apoio à Organização
- f) Promover a auto-suficiência económica e financeira das Representações
- g) Criar e organizar estruturas para a divulgação de informações sobre a luta, junto da opinião pública dos Países e regiões onde estão sediados.

DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE

Artº 13º

São organizações de Base da FRETILIN, os Comitês de militantes e as Secções dos Trabalhadores, Juventude e das Mulheres, da FRETILIN.

§ um : As Organizações de Base da FRETILIN regem-se pelo princípio de autonomia na designação dos seus responsáveis, na gestão de fundos, na busca de autosuficiência económica e financeira.

§ dois : A subordinação orgânica das organizações de base da FRETILIN ao Conselho Central da DEF, à Chefia da DEF, à Plenária da DEF e ao CCF consiste na total obediência às orientações superiores e no acatamento de todas as decisões de carácter estratégico.

Artº 14º

Podem ser admitidos como Militantes da FRETILIN todos os Mauberes que :

- apoiam o Estatuto e Programa Político da FRETILIN e o presente regulamento.
- Reconhecem que a DEF é a única Representação legítima do Comité Central da FRETILIN no exterior do País,
- Apoiam a política de Unidade Nacional encetada pela FRETILIN e a Convergência Nacionalista,
- Nunca tenham sido condenados por crimes atentatórios da dignidade da FRETILIN e do bom nome do Povo Maubere,
- Aceitam enquadrar-se nos trabalhos das estruturas da FRETILIN ou outras a ela politicamente ligadas,
- Tenham comportamento não contrário aos bons costumes do Po

vo Maubere.

DIREITOS E DEVERES

Artº 15º

Contribuir para o sucesso da luta do Povo Maubere para a libertação da Timor Leste é um direito de todo o patriota Maubere e um dever de todo o Militante da FRETILIN.

Artº 16º

São direitos de todo o Militante da FRETILIN :

- Solicitar esclarecimentos junto da Direcção sobre a vida da Organização,
- Beneficiar de apoios para a sua capacitação Política e técnica em função dos meios afectados pela Organização e aprovados pelo Conselho Central da DEF,
- Participar organizadamente na tomada de decisões e nos trabalhos da Organização,
- Eleger e ser eleito.

Artº 17º

São deveres do Militante da FRETILIN :

- Contribuir com as capacidades e meios ao seu dispôr para o reforço das capacidades e meios da Organização,
- Enquadrar-se nas Organizações da FRETILIN ou a ela ligadas e nelas dar o melhor de si,
- Respeitar as estruturas legitimamente criadas,
- Participar activamente no processo incessante de alargamento e renovação de estruturas e na transformação dos métodos de trabalho,
- Cumprir com modestia a abnegação todas as tarefas que lhes forem incumbidas.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artº 18º

A primeira Reunião da Plenária reunir-se-á um ano após a conclusão formal do processo de dinamização da vida organizativa e orgânica das organizações de base da FRETILIN.

Artº 19º

É da competência do Conselho Central decidir, sob proposta do responsável da Região, sobre a criação de outras formas de organizações de base da METILIN, sempre que as condições assim o aconselharem.

Artº 20º

Qualquer revisão do presente Regulamento carecerá sempre de aprovação, do Conselho Central da DLF, da Reunião Plenária e posterior ratificação do Comité Central da METILIN.

Artº 21º

O presente Regulamento entra em vigor no dia 23 de Março de 1990.

§ único : em conformidade com o princípio de total subordinação orgânica ao CCF, para a sua vigência definitiva, o presente Regulamento será submetido para ratificação do CCF no interior de Timor Leste.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1990

O CONSELHO CENTRAL DA DELEGAÇÃO EXTERNA,

Abílio Araújo

Mari Alkatiri

Roque Rodrigues

Guilhermina Araújo

José Luís Guterres